

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ATA DE REUNIÃO: 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE	
Data: 18 e 19 de junho de 2024	Início: 09h00
Local: Auditório Jonas Pinheiro - Bloco D - Esplanada dos Ministérios	Término 17h00
Relatora: Adriana Vilela Toledo - Seconape	
<p>A. Abertura da Reunião André Carlos Alves de Paula Filho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura</p> <p>1. Aprovação da Ata Reunião Extraordinária 2. Aprovação da Pauta</p> <p>B. Ordem do Dia</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do Fórum de Inter conselhos (Secretário Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República – Renato Simões) 2. Apresentação das Ações do G20 (Assessoria Internacional do MPA - Ricardo Bacelet) 3. Apresentação da Situação de Emergência no Rio Grande Sul - ações de apoio e recuperação (Secretário Nacional de Pesca Artesanal - Cristiano Ramalho, Luis Gustavo Cardoso - Secretário Nacional de Registro, Monitoramento e pesquisa, Lais Pestanha – ABIPESCA) 4. Apresentação da Rede Pesca Brasil / CPG (Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial Rivecla Édipo, Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, Secretário Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa Luis Gustavo Cardoso, MPP – Josana Pinto) 5. Informes sobre Registro e Monitoramento da Pesca (Secretário Nacional de Registro Monitoramento e Pesquisa Luiz Gustavo Cardoso) 6. Criação do Parque Nacional do Albardão (Alexandre Espogeiro – Membro suplente da Conepe) 7. Ajustes na Política de Certificação Higiênico Sanitária de Embarcações da Pesca de produção Primária (Helinton Rocha – Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial) 8. Articulação Ministerial para revisão da composição da Comissão Nacional da Biodiversidade (Lais Pestana – Membro titular da Abipesca) 9. Aposentadoria Especial para Pescadores Industriais (José Henrique Pereira, membro da Conttmaf) 10. Solicitação de inclusão do MPAComo órgão anuente no Portal do Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex (Felipe Weber, membro suplente da Abla) 11. Apresentação do Plano Nacional de Pesca Amadora e Esportiva (Expedito Netto, Secretário Nacional de Pesca Industrial) 12. Criação do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva (Reginaldo Portari, membro titular do CBPE) 13. Apresentação da Construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal - Secretário Nacional de Pesca Artesanal - Cristiano Ramalho 14. Apresentação da Construção do Programa Nacional de Atenção a Saúde dos Povos das Águas - Secretária Nacional de Aquicultura - Tereza Nelma, Secretário Nacional de Pesca Artesanal - Cristino Ramalho 15. Apresentação do Programa Coopera Mais – Cesar dos Santos 16. Criação do Fórum Nacional de Aquicultura Sustentável - Secretária Nacional de Aquicultura - Tereza Nelma 17. Revisão da Lei Nº11.959 (Lei da Pesca) com Recorte na Aquicultura - Secretária Nacional de Aquicultura - Tereza Nelma 18. Informações sobre o Lançamento do Selo Aquapônico (Cristiano Psillakis membro da Aba) 19. Inclusão da Produção de Plantas Macrófitas (lemma e azolla) como atividade de produção aquícola (Cristiano Psillakis) 20. Atualização sobre os Comitês do Conape 21. Informes Gerais 	

C. Encaminhamentos

1. Encaminhar ofício para a Secretaria Geral da Presidência, para Casa Civil e para Ministério da Reconstrução do RS solicitando o atendimento as ações apresentadas pelo MPA;
2. Receber dos membros sugestões de ações para indústria do pescado e da aquicultura para atender o RS e fazer gestões junto ao Governo para viabilizar o atendimento.
3. Encaminhar ofício ao Ministério da Educação solicitando a recuperação da EMA - Estação Marinha de Aquicultura da Universidade do Rio Grande- RS;
4. Encaminhar ofício ao Ministério da Gestão e Inovação solicitando a realização de concurso efetivo para o MPA;
5. Encaminhar ao MMA solicitação de criação de um Fundo para as emergências climáticas no âmbito do Plano Clima;
6. Solicita ao MPA que crie uma ação orçamentária específica para auxílios emergenciais;
7. Organizar uma escuta com o Fórum do Rio Grande do Sul;
8. Efetuar ações institucionais com vistas a sanar impactos das atividades de prospecção sísmicas na Bacia Sedimentar de Pelotas sobre a pesca oceânica;
9. Criação do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva;
10. Encaminhar, aos membros do conselho consulta quanto ao interesse em participar dos 4(quatro) comitês criados;
11. Solicitar a reformulação do Decreto que instituiu a Rede Pesca – CPG's incluindo: vagas para o Conape e a possibilidade de custear deslocamento de membros; e da mesma forma solicitar a publicação do Edital para o preenchimento das vagas em aberto e a criação do Comitê de Pesca Estuarina;
12. Encaminhar solicitação de contribuições ao Plano Clima e realizar uma reunião extraordinária para analisar as contribuições;
13. Solicitar, como pauta da próxima reunião, ao MPA investimentos em Pesquisa para subsidiar os CPG's;
14. Encaminhar ofício para incluir o MPA no Siscomex;
15. Encaminhar ofício à Comissão Especial da Câmara dos Deputados para tratar do Programa Jovem Aprendiz da Pesca;
16. Encaminhar para os membros do Conape, o Programa de Saúde dos Povos das Águas para contribuições;
17. Pedir a implantação de cursos de aquicultura e pesca nos institutos federais em regiões de vocação de pesca e aquicultura com participação de pescadores tradicionais;
18. Programar reunião extraordinária para tratar a portaria 14.598; e
19. Foram escolhidos os membros do Conape que representaram o Conselho no Fórum Interconselhos: Josana Pinto da Costa (MPP), Edivando Soares Araújo (CNPB), Ajax Santos Tavares (Confapesca), tendo como suplentes: Flavio Diniz Lontro (Confrem), Clovis Amorim da Silva (Confespa) e Darlio (SBFic). Outros membros/entidades manifestaram interesse em participar custeando suas participações: Francisco Medeiros (Peixe BR), Juscelino Miguel dos Anjos (CBPA), Elizeu Augusto de Brito (Faep/BR).
20. Colocar na próxima pauta o Programa Revimar e a apresentação da Minuta da Lei da Pesca elaborada pela Oceana.
21. Colocar na próxima pauta a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

D. Informes

Plano Clima

E. Lista de Presentes:

Representantes Governamentais – Titulares:

Elvânia Batista Guimarães Andrade - Ministério da Agricultura Familiar

Sarah Nascimento dos Reis - Ministério da Igualdade Racial

Rita Alves Silva - Ministério de Minas e Energia

Rosana Aparecida Valle - Ministério do Trabalho e Emprego

Representantes Governamentais – Suplentes:

Gustavo Pires - Ministério da Pesca e Aquicultura
Walter Marinho de Carvalho Sobrinho - Ministério da Defesa
Eduardo Von Glehn Nobre - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Wilmar Rodrigues Melo Junior - Ministério de Minas e Energia
Thalita Caroline Fernandes Vieira - Ministério da Previdência Social

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

Rochelle Cruz da Araújo Bezerra Vidigal - Cedepesca
Flávio Diniz Gaspar Lontro – Confren
Reginaldo Portari - CBPE
Juscelino Miguel dos Anjos – CBPA
Clovis Amorim da Silva – Confespa
Ajax Santos Tavares – Confapesca
Edivando Soares de Araújo – CNPA
José Henrique Pereira – Conttmaf
Elizeu Augusto de Brito – Faep/BR
Fernando Bosisio – Instituto Peroá
Josana Pinto da Costa – MPP
Leticia Bruning Canton – Oceana Brasil
Marcelo dos Passos Claro - Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

Márcio Roberto dos Santos - CNCTC
Maria José Pacheco - CPP

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

Lais Belsito Pestana - Abipesca
Ricardo Dias dos Santos – Abla
Francisco das Chagas de Medeiros - Associação Brasileira de Piscicultura Peixe BR
Marilsa Patrício Fernandes - Associação de Piscicultores em Águas Paulistas da União - Peixe SP
Francisco Hidalgo Farina - CNA

Representantes da Área Empresarial – Suplentes:

Cristiano Nicolau Psillakis - Aba
Felipe Weber Mendonça Santos - Abla
Eloy de Souza Araujo - Associação Nacional de Armadores e Proprietários de Embarcações
Pesqueiras Pesca BR
Alexandre Guerra Espogeiro - Conepe
Carlos Alberto Pereira de Albuquerque - Sindirações

Representantes da Área Acadêmica e Pesquisa – Titulares:

Dárlio Inácio Alves Texeira – SBFic
Marco Aurelio Bailon – AOCEANO

Representantes da Área Acadêmica e Pesquisa – Suplentes:

Guilherme Campos Tavares - ABRAPOA

1. Mesa de Abertura

- 1.1. No dia dezoito de julho de dois e vinte quatro às dez horas, no auditório Jonas Pinheiro situado na Esplanada dos Ministérios – bloco D, Mezanino, estavam presentes conselheiros do Conape, convidados e observadores, conforme lista de presença em anexo, Senhora Adriana Vilela Toledo realizou a chamada constatando quórum. Convidou então para compor a mesa o Ministro da Pesca e Aquicultura **André de Paula** presidente do Conape, o Secretário Nacional de Participação Social da Presidência da República **Renato Simões**, a Secretaria

Nacional de Aquicultura **Tereza Nelma**, o Secretária Nacional de Registro, Monitoramento, Pesquisa **Luis Gustavo Cardoso**, O Secretária Nacional de Pesca Artesanal **Cristiano Ramalho** e O Secretária Nacional de Pesca Industrial **Expedito Netto**.

- 1.2. A secretária executiva do Conape passa então a palavra para Ministro André de Paula para a abertura dos trabalhos.
- 1.3. O Ministro **André de Paula** iniciou a fala agradecendo a presença de todos e destacou a importante participação do Secretário Nacional de Participação Social, Renato Simões, expressando um agradecimento especial pela atenção que ele sempre demonstra ao MPA e ao Conape. Justificou a ausência do Secretário-Executivo do MPA, Carlos Mello, que está em viagem ao exterior. Destacou alguns pontos da pauta. Primeiramente a questão do Rio Grande do Sul, grande prioridade para o Governo e para o Presidente Lula que criou o Ministério da Reconstrução do RS. Destacou que nosso público foi duramente atingindo a tragédias das enchentes e que será apresentado aos Conselheiros, pelo Secretário Cristiano Ramalho as ações que foram sugeridas ao Governo Federal para atender os atingidos. Destacou também o evento que foi realizado no âmbito do G20 e que pela primeira foi realizado um encontro de dois dias com o tema da pesca e aquicultura. O encontro tratou dos interesses da pesca e aquicultura. Informou também que solicitou aos quatro secretários nacionais que acompanhem de perto toda a reunião do Conape,. Destacou também a apresentação que será realizada pelo Secretário Luis Gustavo da Sermop sobre a situação do SisRGP e os demais sistemas de registro e monitoramento do MPA. Por fim desejou sucesso nesses dois dias de trabalho.
- 1.4. A secretária-executiva Adriana Toledo passou então a palavra para o Secretário Nacional de Participação Social Renato Simões para falar sobre o **Fórum Interconselhos**.

2. Início da Reunião

3. Fórum Interconselhos

3.1. O Secretário Renato Simões iniciou sua fala reafirmando que a participação social é uma prioridade do governo e que a ideia de conselhos por política pública é um pilar importante da democracia participativa brasileira e destacada nas experiências mundiais, desde a CF/88 é uma obrigação da democracia brasileira. Falou também que o Fórum Interconselhos é uma possibilidade de explorar a colaboração e a intersectorialidade das políticas que são indivisíveis. Explicou que a integração é o objetivo do Interconselhos. Explicou que é composto por 54 conselhos nacionais que tratam as políticas públicas, que ano passado se dedicou a recheiar os ministérios com conteúdos através do processo do PPA Participativo. Destacou que desses discursões saíram 88 programas que tem ações transversais entre eles. Disse que ano passado o interconselhos teve três sessões presenciais e mais as 27 plenárias presenciais do PPA Participativo. E que esse ano terão duas reuniões presenciais, sendo uma em julho e uma em novembro no Rio de Janeiro. Que vão ser tratados 3 grandes temas. O primeiro é o monitoramento do PPA onde será possível acompanhar a execução das ações e seu redirecionamento se for o caso. O segundo é o G20. Explicou que o G20 é o encontro das 20 nações mais desenvolvidas do mundo e que o Brasil estando nesse momento na presidência do G20, instituiu o G20 Social, espaço onde a sociedade pode sugerir pautas que entendam relevante. Explicou que o G20 Social é espaço onde pela primeira vez a sociedade poderá dialogar e convocou os conselhos nacionais a apresentarem suas contribuições dentro de sua política pública. As contribuições terão dois destinos: a primeira fase que poderá ser encaminhada até início de setembro que subsidiará o Ministério de Relações Exteriores na construção de um documento. Por tanto, é fundamental que o Conape manifeste quais são os interesses da pesca e aquicultura frente aos compromissos que serão assumidos por esses países. O segundo destino é novembro para o próprio G20 Social. Por fim, falou do terceiro tema a ser tratado no Interconselho, o Plano Clima. Relatou que o Plano Clima será apresentado em sua primeira fase na Cop29 em novembro no Azerbaijão. Explicou que o processo deve ser precedido de debates nos conselhos que desejem participar e apresentar propostas tanto de mitigação quanto de adaptação que poderão ser entregues em 3 (três) formatos: Encaminhados a SNPS até início de setembro, nas sete plenárias que serão realizadas por biomas e na plataforma virtual que está no ar. Todas as

contribuições serão compiladas em documento que será apresentado na Cop29 e culminará sua construção na Cop30 no Brasil. Encerrou convidando o Conape a participar nos dias 11 e 12 de julho da reunião do Fórum interconselho com 6 (seis) representações.

3.2. A Secretária-Executiva do Conape agradeceu a intervenção e informou aos membros que, ao final da reunião, será feita a deliberação sobre os membros do Conape que participarão do Fórum Interconselhos. Em seguida, passou a palavra ao senhor **Ricardo Bacellet**, assessor internacional do MPA, que discorrerá sobre o G20.

4. G20

4.1 Com a palavra, o senhor Ricardo agradeceu o convite de poder estar nessa reunião pela primeira vez. Explicou que teve realizamos, pela primeira no G20 uma reunião de dois dias cujo tema central foi a pesca e a aquicultura. O encontro foi realizado em Brasília no âmbito do GT da Agricultura. Seguiu apresentando o que é o G20, quais as pautas da presidência brasileira está tratando e explicou a participação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Informou que, no documento final do GT da Agricultura, entrou como prioridade IV é: promover a integração da pesca e aquicultura sustentáveis nas cadeias de valor locais e globais. Também destacou que a governança internacional dos problemas comuns a esses países é o tema central. Destacou que a proteína hídrica tem baixa pegada de carbono e que a pesca e a aquicultura no Brasil são práticas sustentáveis, o que é uma excelente referência para o mundo, considerando que elas obedecem aos acordos internacionais. Finalizou explicando que o G20 culmina em novembro com o documento político que vai gerar compromissos globais.

5. Situação de Emergência do RS - ações de apoio e recuperação.

5.1 O próximo tema de pauta foi a Situação do Rio Grande do Sul, passando a palavra para a senhora Lais Pestanha, que solicitou a pauta representando a Abipescas. A senhora Lais solicitou ênfase na indústria do pescado, que tem ciência que foram propostas ações para vários seguimentos e que solicitou essa pauta para defender ações para o seguimento das indústrias. Solicitou que, se possível fossem disponibilizadas linhas de crédito porque atualmente a indústria do pescado não acessa as linhas tradicionais de crédito. Então solicitou que fosse destinada uma linha de crédito específica para a indústria pesqueira do RS. Solicitou também uma expansão do Programa Refiz para RS. Solicitou que o MPA articulasse com o Ministério da Fazenda essa possibilidade. A Secretária-Executiva orientou que essas solicitações de ações fossem oficializadas ao Conape para que as providências necessárias possam ser tomadas. A seguir passou a palavra para o Secretário Cristiano Ramalho. O Secretário Cristiano apresentou as ações propostas encaminhadas à Casa Civil. Ações foram divididas em dois eixos: ações emergenciais e ações de retomada. Explicou que esse plano de ação está com a Casa Civil há algumas semanas e que estamos aguardando uma devolutiva. Passou-se então a palavra ao Secretário Luis Gustavo, que, sendo gaúcho, relatou a extensão da tragédia, especialmente no setor pesqueiro e sobre a solicitação para estender o período de autorização de pesca. A secretária Adriana reforçou a necessidade dos membros da indústria do pescado e da aquicultura encaminharem suas sugestões de ações e que tão logo recebe fará gestões pessoais com os órgãos envolvidos, especialmente MDic para o atendimento dos pleitos. Facultada a palavra aos membros, o senhor **Flávio (Confren)** manifestou sua preocupação em relação aos números apresentados pelo Secretário Cristiano, que são oriundos do RGP. Salientou a necessidade de que o sistema de cadastro funcione considerando saber que os números são bem maiores do que o que se encontra na base de dados. O secretário Cristiano explicou que, de fato, a informalidade no setor é grande, mas que precisamos utilizar os dados oficiais, salientou que o MPA está fazendo muitos esforços para que o sistema esteja cada vez melhor. O Secretário Luis Gustavo complementou, explicando que o PesqBrasil está em funcionamento e que estão trabalhando para evoluir-lo e aprimorá-lo. Em seguida, o conselheiro **Francisco Medeiros (PeixeBr)** manifestou estranheza pelo fato de os números apresentados de aquicultores não serem oriundos do RGP Aquicultor e que não conhece nenhum relato de aquicultor que tenha se reunido com a MPA para tratar da tragédia do Rio Grande do Sul. Disse também que houve uma grande perda na produção de carpa e tilápia na região e que gostaria de saber qual o volume de recursos destinados aos aquicultores nessas ações apresentadas e quais são as ações específicas para o setor. O Secretário Cristiano esclareceu que os dados

saíram sim do SisRGP, e que tem ciência que foi realizada, pela SNA, uma reunião virtual para escuta dos representantes de aquicultores da reunião. E sugeriu que quando a Secretária Tereza Nelma estiver na reunião seja retomado o tema. O Secretário Luis Gustavo explicou que estão aprimorando os dados e realizando constantes levantamentos dos danos causados ao setor. A Secretária Adriana reforçou que os membros podem apresentar sugestões de ações. Com a palavra novamente facultada, a **senhora Maria José (CPP)** sugeriu que o MPA se estruturasse para atender às necessidades emergenciais causadas pelas constantes crises climáticas, de forma a atender agilmente às demandas das comunidades de pescadores, que ainda te acumulam pendências de 2023. Registrou também que o número de cestas básicas que estão sendo disponibilizadas para as colônias e associações é inferior ao número de associados, o que está causando grandes transtornos. Por fim, sugeriu a criação de um instrumento que possibilite o pagamento de auxílios emergências de forma célere. A seguir utilizou da palavra o senhor **Darlio (SFic)** que apresentou solidariedade a comunidade acadêmica do RS na pessoa do Conselheiro Roberto Cavalli e pediu ao Conape que solicitasse apoio na reconstrução da unidade de aquicultura da Universidade do Rio Grande que foi duramente atingida pelas enchentes, danificando muitos equipamentos. O secretário Cristiano utilizou a palavra para informar que já existe no governo a ideia de criar um fundo para as emergências climáticas e que é importante que o Conape reforce isso. Quanto as cestas básicas, informou que o MPA teve reunião com a Conab para ampliar as entregas.

6. Rede Pesca Brasil/CPG's

6.1. Antes do início da apresentação, o secretário Expedito Netto solicitou a palavra para parabenizar a retomada do Conape e salientou a importância da participação social na construção das políticas de pesca e aquicultura. A seguir a palavra foi dada ao diretor Edipo (SNPI), que agradeceu o convite para apresentar a Rede Nacional Colaborativa para Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros – Rede Pesca Brasil que é coordenada pela SNPI e pela SNPA. Explicou que a rede é formada por 10 (dez) Comitês de Gestão Pesqueira, os (CPG's), responsáveis pelo ordenamento da pesca. Cinco desses são coordenados pela SNPI e cinco pela SNPA. Informou que no site do MPA há uma área específica dos CGP's onde os membros do Conape podem acompanhar a agenda, as discussões e as deliberações dos CPG's. Explicou ainda a composição de cada CPG's coodenado pela SNPI, quais os objetivos e quais os temas estão sendo tratados em cada um deles. A seguir o diretor Jocemar (SNPA) então explicou os objetivos e os temas que estão sendo tratados nos CPG'S coordenados pela pesca artesanal, e como eles foram escolhidos. Os CPG da Lagosta; CPG dos Pelágicos Norte e Nordeste; CPG's das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste; CPG's das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste; e CPG's das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia. Apresentou o número de vagas da sociedade civil nos CPG's, alertando que existem vagas em aberto e que vai ser lançado o Edital para preencher estas 28 (vinte e oito) vagas. Informou também será feito uma revisão do Decreto 10.736 que instituiu a Rede Pesca Brasil, com objetivo de aprimorar e fortalecer a participação da sociedade civil. Encerrada a apresentação, a secretária Adriana informou que essa pauta foi solicitada pela conselheira **Josana (MPP)** e passou a palavra para que ela pudesse discorrer sobre sua solicitação. Com a palavra Josana explicou que o MPP entende que o Decreto dos CPG's é excludente, pois não permite a participação dos movimentos sociais já que exige que as entidades tenham personalidade jurídica e porque não financia a participação desses movimentos. Solicitou, então que o decreto seja revisado de forma a atender essas duas solicitações, e se colocou à disposição para contribuir. O Diretor Édipo informou que o serão realizadas duas ações, a publicação do edital sem a exigência de CNPG e a revisão do Decreto com a previsão legal para o financiamento da participação dos movimentos sociais. Com a palavra o membro **Flávio (Confrem)** solicita que as organizações sociais possam participar de forma ativa dos CPG's e questionou a forma como essas avaliações são feitas sem a participação social. Com a palavra o membro **Marco Aurélio Bailon (Oceano)** sugere que na próxima reunião sejam apresentados os investimentos em pesquisa realizados pelo MPA e que a participação dos cientistas nos CPG's sejam remunerados. O membro **Ajax (Confapesca)** manifestou preocupação com o desprezo que se tem hoje com os conhecimentos tradições. O Secretário Luiz Gustavo sugeriu que fosse pautada a discussão da Portaria 445. O Secretário Cristiano sugeriu que a SNPA toque a reforma do Decreto do CPG's, ressaltando que o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, os dois se complementam. O Secretário Expedito

informou que o Ministério está provendo um Processo Seletivo para suprir a carência de pessoal.

7. Informes sobre Registro e Monitoramento da Pesca (Probordo, Preps, Mapa de Bordo e outros)

7.1 O Secretário Luis Gustavo (SERMOP) utilizou da palavra para atualizar os membros do Conape quanto aos sistemas de registro e monitoramento da gestão pesqueira. Essa pauta foi solicitada como pauta permanente durante a última reunião extraordinária. O secretário explicou que é necessário organizar os dados para que possamos desenvolver as políticas e, para isso, trouxe para apresentação os sistemas de informações. Apresentou as melhorias realizadas no PesqBrasil e explicou que, cada vez que o ministério tomou um formato administrativo diferente, mudou o sistema e eles não se conversam criando uma enorme dificuldade na migração dos dados, o que tem atrasado a evolução do PesqBrasil. Mas que estão fazendo esforços para garantir a migração do menor tempo possível. Quanto ao Mapa de Bordo, informou que estão trabalhando para prospecção de novos possíveis sistemas para testes iniciais e que o sistema atual está funcionando relativamente bem. Sobre o Programa de Observadores de Bordo – Probordo, que é realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, será realizado um seminário de observadores de bordo em parceria com a Oceana, para conhecermos como a atividade está sendo realizada em outros países. Mencionou a dificuldade de alguns setores de aceitar o observador de bordo e aproveitou o espaço para pedir o apoio do Conape para essa questão. A seguir, falou sobre o Preps – Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras, informando que está realizando um seminário com a Global Fishing Watch, onde será discutida a política de rastreamento das embarcações pesqueiras. Por fim, informou que todos os esforços estão sendo direcionados para que o sistema PesqBrasil evolua e que nesse momento estão focados no Registro de Pescador e Pescadora Artesanal e no Mapa de Bordo, e que os demais sistemas serão tratados na sequência. Facultada a palavra, o membro **Márcio Roberto (CNCTC)** destacou a dificuldade enfrentada pelo pescador artesanal diante ao número muito grande de espécies que estão sob proibição de pesca e ao entender dele desnecessariamente. O Secretário Luís Gustavo explicou que o recurso pesqueiro é de todos e que para pescar tem que se ter uma licença do Governo e que tudo deve ser reportado. E quanto as espécies proibidas sugeriu que fosse pautada a discussão sobre a Portaria 445, que determina as espécies proibidas, que poderia ser revisada e estabelecido um monitoramento dessa Portaria. Facultada novamente a palavra o membro **Eloy Araújo (Pesca BR)** Falou que o Mapa de Bordo digital sem dúvida é uma vitória, mas que ainda temos muitas embarcações que não tem condições de fazer porque não conseguem transferir a titularidade dos barcos. Com a palavra ainda facultada o membro **Juscelino (CBPA)** elogiou o Governo pela coragem de criar o sistema PesqBrasil e trouxe o apelo da pesca artesanal para agilizar as soluções do sistema. Saliu que esses pedidos constantes de manutenção prejudicam os pescadores já que não aparecem de uma vez só, fazendo com que o pescador ache que já concluiu a manutenção e não observe o pedido de manutenção existente antes do prazo de um ano. Reforçou ainda que esses erros dificultam o acesso do pescador ao seguro defeso. Com a Palavra agora o membro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** destacou que o controle de desembarque é uma das melhores formas de monitoramento, mas que atualmente não está mais em vigor. Que o Mapa de Bordo é auto declaratório, o que gera muita insegurança quanto a precisão dos dados. Pergunta se existe dentro do planejamento, a retomada do processo de controle de desembarque. Com a palavra o Secretário Luis Gustavo informou que existe sim a ideia de retomar o controle de desembarque pesqueiro. E informou que a prioridade zero MPA, dada pelo próprio ministro é evoluir o módulo do PesqBrasil de pescador e pescadora artesanal e que sabe os transtornos que causam os problemas no sistema. Novamente facultada a palavra a membro **Evânia (MDA)** explicou que MDA também fazia parte do MAPA e que hoje tem uma TI própria e perguntou se não seria o caso de o MPA investir na criação de sua própria TI para garantir um melhor funcionamento dos sistemas. A membro **Josana (MPP)** reforçou que os problemas no sistema prejudicam muito os pescadores e pescadoras artesanais e destacou que os jovens e novos pescadores não estão conseguindo o registro ficando a margem de seus direitos e dando a falsa impressão de que não temos novos profissionais na pesca. Saliu que desde 2012 lutam com falhas do sistema inclusive com sumiço de diversos registros e que isso sempre significa prejuízo

irrecuperáveis para os pescadores. Com a palavra o Membro **Clóvis (Confespa)** falou sobre o problema das manutenções que ficam mostrando que o pescador não está ativo, inclusive causando o indeferimento do seguro defeso, problemas, muitas vezes gerado pela falta de assinatura da Reap, assinada pelo superintendente da pesca local. Solicitou que não fosse negado o seguro defeso por conta de não assinatura da Reap e que o pescador tivesse uma maior facilidade para abrir a conta junto a caixa. Por fim solicitou uma discussão mais aprofundada com o INSS e a Caixa. A Secretária-Executiva do Conape solicitou que o membro Clóvis solicitasse essa pauta para a próxima reunião do Conape. Com a palavra o Membro **Flávio Lontro (Confrem)** perguntou se o Preps e o Mapa de Bordo é para todas as embarcações e que tem algumas frotas que fica no limbo entre a pesca artesanal e a pesca industrial. Continuou destacando que como o governo não gera dados, na precaução, proíbem a captura. Salientou que as informações de pesca são muito difíceis. Enquanto não for definido o que o Governo vai oferecer para viabilizar o monitoramento não vamos evoluir, e concluiu dizendo que precisamos construir isso juntos. Encerrou dizendo que nunca tivemos uma equipe tão boa no MPA, não podemos perder essa oportunidade. O Secretário Luis Gustavo concluiu o painel dizendo da importância de que os pescadores reportem ao Governo a sua captura, para que possamos cumprir os atos regulatórios para que a cadeia possa funcionar da melhor forma.

8. Ajustes na Política de Certificação Higiênico Sanitária de Embarcações da Pesca da Produção Primária

8.1. O Diretor da Indústria do Pescado Heliton, iniciou a exposição apresentando o Departamento da Indústria do Pescado e suas atribuições e destacou a questão da certificação higiênico-sanitária. Fez um histórico e salientou que, em 2023, foi realizada uma revisão sobre a exigência de certificação sanitária para os barcos, quando no Brasil isso não é exigido pelo Tribunal de Contas, mas no mercado externo é exigido, então do universo de 26.000 barcos foi reduzido para 3.000 barcos. Assim foi publicada a Portaria 171/23 que obriga os barcos que trabalham com exportação e para os demais é facultada. Informou que isso foi construído em diálogo com o setor que construiu um cronograma de atendimento da portaria com relação as modalidades, recursos e método de conservação, para as mais complicadas foram dados prazos maiores. Seguiu explicando todo o processo de certificação higiênico-sanitária e solicitou o apoio do setor para conseguirmos atender o cronograma proposto e termos a nossa frota certificada no tempo previsto. Destacou que a certificação visa principalmente atender ao mercado europeu e o Reino Unido, e que a exportação de pescado é uma grande oportunidade do momento. Com a palavra o membro Darlio (SBfic), perguntou se esse trabalho está articulado com a FAO. O Diretor Heliton explicou que sim, e que, inclusive nesse momento o Secretário-Executivo Carlos Mello está reunido com a FAO. E que o sistema estará apto para atender as necessidades de andamento.

9. Criação do Parque Nacional do Albardão

9.1. Com a palavra o membro **Alexandre (Conepe)** explicou que trouxe essa pauta porque gostaria de saber a posição do Ministério em relação à criação proposta. Com a palavra o Secretário Luis Gustavo informou que o MPA participou das duas audiências públicas realizadas e que, o MPA entende que com os estudos que foram realizados não é possível avaliar o impacto que teria na atividade pesqueira e que por isso manifestou que não concorda com a forma que está sendo proposto pelo MMA. Informou ainda que o MMA se comprometeu a continuar os estudos. Com a palavra, o membro **Lais (Abipisca)** sugeriu que esses estudos considerem a possibilidade de uma categoria menos restritiva. Com a palavra, o membro **Bailon (Aoceano)** mencionou que gostaria de inserir um tema que não na pauta, mas está acontecendo na bacia de Pelotas com relação as pesquisas sísmicas e pediu ao Conape que oficializasse do Conama os sérios problemas que estão ocorrendo devido a essas pesquisas e pediu que o MPA se inteirasse melhor sobre o assunto, e o Conape fizesse uma recomendação ou uma moção. Quanto à solicitação da Abipisca o Secretário Luis Gustavo disse que vamos continuar acompanhando as propostas.

10. Aposentadoria Especial para Pescadores Industriais e Seguro Defeso

10.1 Com a palavra, o membro **José Henrique Pereira (Conttmaf)** solicitou a inclusão da pauta que trata da aposentaria especial para pescadores industriais, ressaltando que o setor luta por isso há 6 anos. E solicita o apoio do Conape nessa luta, e da mesma forma para a questão do seguro defeso. Apelou que cada um que tivemos oportunidade de lutar por essa pauta que é justa e necessária. Enfatizou que o setor precisa se unir para avançar nesse tema. Com a palavra, o secretário Expedito Netto parabenizou a exposição e se comprometeu

a trabalhar com afinco com vistas a conseguir a aposentadoria especial para os pescadores industriais e que até o final do ano traria uma devolutiva sobre essa demanda. Com a palavra, o conselheiro **Eloy (Pesca/BR)** destacou a necessidade de fomentar a união e que o que hoje é impossível o pescador industrial se aposentar hoje em dia e que desde 2012 chama atenção para isso. Que já apresentou no Codefat o pedido para estender o seguro defeso para o pescador industrial e infelizmente foi negado. Destacou que algumas espécies da pesca industrial têm defeso, e o pescador industrial fica desamparado, pois, apesar de ter carteira assinada e receber seguro-desemprego por um ano, fica impedido de recebê-lo no ano seguinte. Dessa forma, a política atual não se aplica ao caso.

11. Solicitação de Inclusão do MPA como Órgão Anuente do Portal do Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex

11.1 Com a palavra, o membro **Filipe Weber (Abla)** explicou a evolução normativa do setor, destacando que, como recurso pesqueiro, não há diferenciação entre peixes ornamentais e peixes destinados ao consumo. Ele abordou o cenário mundial do faturamento do setor. Destacou que todas as espécies de peixes ornamentais em extinção foram causadas pelas hidrelétricas e não pela pesca. Destacou que a maior parte da demanda de peixe ornamental é para o comércio exterior. Que em 2022 foi publicada a portaria Ibama nº102 que escabele normas, critérios e padrões para exportação e importação de peixes de águas continentais, marinhas e estuarinas, com a finalidade ornamental e de aquarofilia. Disse que o setor não compreende alguns pontos da portaria, e exemplificou o fato de só poder se exportar por três aeroportos no Brasil. Continuou explicando que mais da metade da produção é no norte do Brasil. Apresentou os impactos negativos para o setor, que está perdendo mercado devido aos altos custos com o frete. Destacou que a falta de diálogo com o Ibama dificulta muito. Salientou que o quadro se agravou com a greve dos servidores do Ibama e apresentou os dados comparativos do impacto negativo desse quadro que representa uma redução de 73%. Falou também que o problema atinge tanto aos peixes marinhos quanto continentais. Sugeriu que o MPA pleiteasse um acento no Conselho de Política Exterior, o Ibama e o MAPA têm acento. Explicou que o processo de internacionalização de cargas de organismos aquáticos ornamentais ocorre em duas etapas. A primeira é a análise prévia dos documentos realizada pelo Ibama e pelo MAPA. Sugeriu que o MPA também possa realizar essa análise. Salientou que, na prática, apenas o aeroporto de Guarulhos faz o trabalho. Explicou ainda que a segunda parte, da vistoria in loco seja de competência dos demais órgãos. Ressaltou que entende que devemos trabalhar para que o MPA vire órgão anuente do Siscomex e que sabe que é um processo longo mais é um caminho que devemos trilhar. Destacou que outra coisa necessária é termos clara quais as regras, porque o setor é o tempo todo surpreendido do que pode e o que não pode. Por fim ressaltou que esse é o pleito: que o Ministério da Pesca e Aquicultura passe a compor o quadro de órgãos anuentes no Siscomex. Com a palavra, o conselheiro **Eliseu (Faep/BR)** afirmou que a situação é muito crítica que não se consegue nem mandar alevino de estado para outro porque todos tem que passar por Guarulhos e isso prejudica todo o setor. Destacou que o setor ainda precisa monitorar se o fiscal está trabalhando no local, caso contrário corre risco de perder toda a carga. E manifestou que nesse pleito está junto. Com a palavra, o Secretário Exedito Netto (SNPI) ressaltou que situação o deixa muito desconfortável, a realidade que o setor passar é inaceitável. Temos que continuar o diálogo para construir uma saída. Informou que está chamando o MDic, porque também é uma pauta dele, estamos nos fortalecendo para trabalhar em conjunto e resolver essa questão junto ao Ibama, sempre por meio do diálogo. Continuou que sabe que a situação é muito delicada. E se comprometeu em assumir a demanda da análise documental que concorda que isso deve ficar com o MPA. Com a palavra, o membro **Felipe (Abla)** destacou mais uma vez que conseguir isso vai fortalecer muito o Ministério.

12. Apresentação da Construção do Plano Nacional de Pesca Amadora e Esportiva

12.1 Com a palavra, o Secretário Exedito Netto (SNPI) iniciou parabenizando o trabalho realizado pela Assessoria de Participação Social e pela Secretária-Executiva do Conape por garantir o retorno da participação social nas políticas de pesca e aquicultura. Parabenizou também toda a equipe da Secretaria Nacional de Pesca Industrial. Informou que iniciaram o processo de construção do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva (PNPA). Destacou que não concorda com cota zero, que defende a sustentabilidade. Que defende a manutenção do espaço da pesca artesanal e da pesca

industrial e da mesma forma acha importante o espaço da pesca esportiva, que é preciso trabalhar com união. Destacou com o pescador esportivo tem compromisso com a preservação. Explicou os objetivos do plano. Destacou que o PNPA está alinhado com os ODS especialmente o 10 e o 14. E Apresentou os Programas que compõe o Plano: Programa de Geração e Gestão de Dados, Programa de Ordenamento da Pesca Amadora e Esportiva, Programa de Desenvolvimento da Pesca Amadora e Esportiva e o Programa de Promoção e Divulgação. Destacou que a Pesca Amadora e Esportiva é inclusiva e tem ações específicas para mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Destacou também o valoroso trabalho realizadora pela Confederação Brasileira de Pesca Amadora e Esportiva pela inclusão. Continuou apresentando a metodologia de elaboração do Plano com o calendário das oficinas que já foram realizadas e a que ainda serão realizadas. Informou que hoje tem mais de 100 campeonatos oficiais de Pesca Amadora e Esportiva e destacou o apoio do Conape. E finalizou agradecendo a participação de todos que nenhum outro país tem as mesmas condições de desenvolver tanto a Pesca Amadora e Esportiva. Com a palavra a Secretária Adriana sugeriu que fosse pensado formas dos conselheiros do Conape colaborarem na construção do Plano.

13. Criação do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva

13.1 Com a palavra, o conselheiro **Reginaldo Portari (CBPE)** iniciou agradecendo ao Secretário Exedito pelo apoio na criação, no âmbito do Conape, de um Comitê para discutir especificamente a Pesca Amadora e Esportiva e apresentou um vídeo mostrando a importância da pesca amadora e esportiva no Brasil, evidenciando seu grande potencial de crescimento e como o Comitê pode ajudar a impulsionar esse desenvolvimento. Com a palavra, o Diretor Édipo (SPNI) falou que o MPA defende o uso múltiplo do espaço aquático e que o Ministério é o responsável por mediar esse uso. Destacou o potencial do setor que movimentou mais de 1 bilhão de reais em 2019. Informou que só o Rio Araguaia o valor recreativo de 17 milhões de reais por ano, que é uma atividade que traz emprego, renda e oportunidades. Que o potencial de pesca do Brasil é grande e ainda pouco explorado se comparado por exemplo com os Estados Unidos. Que o Brasil tem um potencial aquático bem maior se comparado com Estados Unidos. Que o desafio é desenvolver com sustentabilidade. Apresentou o Calendário Nacional dos Campeonatos de Pesca e a Cartilha da Pesca Amadora e Esportiva. Destacou a construção do Plano da Pesca Amadora e Esportiva. Explicou que é necessário o MPA está próximo ao setor orientando quanto aos normativos da atividade. Informou também que o MPA firmou um Termo de Cooperação (TED) com a Universidade Federal do Mato Grosso com o objetivo de obter dados quanto a sobrevivência de peixes alvo da pesca amadora e esportiva e o desenvolvimento de um aplicativo de monitoramento. Outro TED foi firmado com a Universidade Federal de São Paulo, com três grandes entregas: uma coletânea de estudos sobre a pesca esportiva, uma *webserie* de boas práticas e oficinas de capacitação de guias de pesca em todas as regiões. Continuou informando que será assinado um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Turismo para promover diversas ações para atividade. Finalizou propondo a criação do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva e apresentou seus objetivos. Com a palavra, o conselheiro **Marcio (CNCTC)** destacou a importância da criação do Comitê porque temos muitos conflitos com a pesca artesanal, e que é necessário estabelecer parcerias para garantir que todos sigam os regramentos, sendo o diálogo o caminho para isso. Com a palavra, o Secretário Exedito (SNPI) concordou com o conselheiro e reforça a importância de incluir a pesca artesanal participar desse espaço de diálogo. Com a palavra, a conselheira **Maria José (CPP)** também concordou que os Comitês são importantes para organizar e sugeriu que fossem pautados os conflitos que tem conflitos enormes com a pesca artesanal. Com a palavra, a senhora **Elvânea (MDA)** explicou que existe uma técnica de tagueamento em Goiás que entende ser uma boa contribuição. O Secretário Exedito confirmou, que sim está fazendo tagueamento em parceria com algumas universidades. Com a palavra, o conselheiro **Bailon (Aoceano)** destacou que temos um trabalho muito interessante pela frente e que o comitê é essencial nesse sentido. A conselheira **Leticia (Oceana)** sugeriu a inclusão do desenvolvimento do turismo de base comunitária nas ações do Comitê. A secretária Adriana então consultou os membros se é unanimidade a criação do Comitê e todos concordaram com a criação.

14. Apresentação da Construção do Plano Nacional de Pesca Artesanal

14.1 Com a palavra, o Secretário Nacional de Pesca Artesanal, Cristiano Ramalho informou que, desde 2023 junto com o Fórum Nacional de Pesca Artesanal que é coordenado por três membros do Conape: Ana Flávia (CNTCN), Ajax (Confapesca) e Raquel (ANP) que junto com a SNA estão conduzindo a construção do primeiro Plano Nacional de Pesca Artesanal para os próximos dez anos. Destacou que o Plano vai orientar o Programa Povos da Pesca Artesanal. Disse também que o Plano se fundamenta nas diretrizes da FAO. O Plano é orientado em sete eixos e articulados em ações de gênero, raça e etnia e juventude. Informou que os trabalhos vão iniciar nesse mês de julho através das plenárias regionais para iniciar as discussões e, em 20 e 21 de março de 2025, teremos a Plenária Nacional. Informou que até setembro vai liberar as informações para as plenárias livres e plenárias digitais. Informou ainda que o regimento interno com a metodologia das plenárias estão à disposição do site do MPA. Explicou os critérios de participação que garantirão a paridade de gênero, equidade de etnia e se colocou à disposição para quais outros esclarecimentos.

14.2 A Secretária do Conape, ao usar a palavra, perguntou como deve se comportar a entidade do Conape para que possa realizar uma plenária livre. O Secretário Cristiano então explicou que estão elaborando um modelo junto a com a Secretaria Geral da Presidência e que vai publicar os critérios em setembro. A Secretária do Conape então solicitou que a SNPA que tão logo os critérios estejam definidos possam ser apresentados ao Conape. Facultada a palavra o membro Clovis (**Confespa**) questionou por que houve mudança de local para realização da plenária do Maranhão para o Ceará. O Secretário Cristiano explicou que foi uma decisão do Fórum em plenária. Com a palavra o membro **Edivando (CNPA)** levantou a questão que apesar do plano incluir a participação dos jovens a partir de 15 anos, é proibida a atuação dos jovens na pesca até os 18 anos, e reforçou que é um absurdo essa proibição. O Secretário Cristiano explicou que foi lançado o Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal e que esse é um exemplo que eles podem e devem participar das discussões. Edivando, então, expressou sua preocupação com a proibição da atuação de jovens na pesca. O Secretário Cristiano sugeriu que essa discussão seja no Fórum Nacional de Pesca Artesanal para construir uma posição. A Secretária Nacional de Aquicultura ex-deputada Tereza Nelma explicou que na Câmara tem uma Comissão Especial do Jovem Aprendiz cuja presidência está a deputada Flávia Moraes. Se colocou à disposição para marcar com ela de forma a incluir a inclusão do Jovem Aprendiz da Pesca. Com a palavra, o senhor **Eloy Araújo (Pesca BR)** questionou o fato de estão sendo realizadas conferências específicas da pesca artesanal e que não está realizando a conferência que inclui todas as áreas no ministério. Em resposta, o Secretário Cristiano explicou que essa ação é uma ação específica para construção do Plano Nacional de Pesca Artesanal e que não compete e não invalida a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca deflagrada pelo Conape. A secretária Adriana informou que o MPA tem a intenção de realizar a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca em 2025, que está incluindo do orçamento 2025 os recursos necessários para realização da Conferência e que planeja na reunião de setembro já tirar a Comissão que vai organizar os passos iniciais da conferência. Com a palavra a membro **Josana (MPP)** salientou que o Plano Nacional da Pesca Artesanal é uma demanda antiga do setor e veio como orientação da equipe de transição. Reforçou que é importante que o jovem tenha um documento que garanta a possibilidade de o jovem da pesca acompanhar sua atividade. Perguntou como se dará as inscrições nas plenárias do Plano Nacional de Pesca Artesanal, qual o critério de número de pessoas por organização. Com a palavra o membro **Dárcio (SBFic)** salientou que é importante fortalecer os Institutos Federal que desenvolvem capacitações de pesca e aquicultura para poder dar suporte aos jovens da pesca e que isso possa ser previsto nos planos que estão sendo construídos. Perguntou como poderíamos fazer uma pré-conferência das mulheres da pesca e da aquicultura. O membro **Flávio (Confren)** salientou a importância a realização dessas plenárias de pesca artesanal e reforçou que isso está no documento de transição. Destacou a importância de avançar na discussão do jovem aprendiz da pesca, corroborando com o membro Edivando. A membro **Maria José (CPP)** usou a palavra para dizer que o Brasil tem um passivo com as comunidades pesqueiras que são a maioria do setor que é um contingente populacional imenso formado por um grupo vulnerável e que precisa sim de um plano específico que garanta orçamento para o desenvolvimento de políticas e louvou as ações para realização da construção do plano de pesca artesanal. Também ressaltou a necessidade de termos um RGP para o menor aprendiz, a fim de garantir os direitos dos jovens. O membro **Bailon**

(Aoceano) destacou que temos alguns pontos em comum da pesca artesanal e da pesca industrial que exploram os mesmos recursos pesqueiros e vê uma convergência de interesses quanto ao ordenamento e que a legislação de ordenamento está defasada e propôs a criação de um comitê de pesca extrativa. Adicionou também que na formação anterior do Conape existiu um grupo de trabalho sobre formação profissional que viajou todo o Brasil e contactou todos os institutos federais com vistas a aumentar a oferta dos cursos profissionalizantes. Propôs que então no trabalho do plano de pesca artesanal tratasse dessa questão da formação profissional. Finalizando a mesa o secretário Cristiano utilizou a palavra salientou que o plano a ser construído é uma demanda histórica e que terá um eixo para juventude, e destacou que o plano nacional de pesca artesanal é uma construção de todos, e quanto as plenárias livres será publicada as regras em setembro. Quanto aos critérios de inscrição estão dados nas informações da ficha de inscrição. E finalizou dizendo que continua a disposição para mais esclarecimentos.

15. Apresentação da Construção do Programa Nacional de Atenção a Saúde dos Povos das Águas

15.1 A Secretária Adriana iniciou apresentando a origem da iniciativa de construção do Programa Nacional de Atenção a Saúde dos Povos das Águas e que foi formalizado um Protocolo de Intenções que criou um grupo de trabalho que está trabalhando na proposta de construção do programa que vai integrar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, das Florestas e das Águas que é parte integrante da política do SUS. O objetivo então é dentro da política ter um programa específico para os povos das águas. Continuou apresentando os eixos do programa e explicou que os MPA mapeou ações que foram encaminhadas ao Ministério da Saúde e convidou os membros para colaborem com outras ações que porventura possam ser incluídas no programa. A Secretária do Conape vai encaminhar o documento para as contribuições dos membros. O Secretário Cristiano utilizou a palavra para fazer uma homenagem a irmã Nilsa e sugeriu que o programa se chamasse irmã Nilsa Montenegro que foi uma pioneira nessa luta da saúde dos povos da pesca e informou que a SNPA já iniciou duas ações com o Ministério da Saúde, através de um TED com a FioCruz que inicialmente contemplam cinco estados. O primeiro sobre a tragédia do petróleo no litoral do nordeste e o segundo formação de agentes comunitários de saúde e capacitação de profissional dos Sus para atender pescadores e pescadoras artesanais. Passando a palavra para a Coordenadora Martilene que está acompanhando as ações junto ao Ministério da Saúde representando a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Com a palavra, Martilene disse que é pescadora e que sua missão é trazer a realizada das pescadoras para o programa e reforçou a importância do programa para os movimentos e para os povos da pesca artesanal e relatou as diversas doenças causadas pela atividade pesqueira. Com a palavra, a Secretária Tereza também referendou a importância desse programa também para a aquicultura e que podemos desenvolver juntos esse programa. Com a palavra, a coordenadora Karolina Ayres, que representa a Secretaria Nacional de Aquicultura nas tratativas, informou que o programa também contribuirá para o levantamento de dados.

16. Apresentação do Programa Coopera Mais

16.1 Com a palavra, o senhor César dos Santos (Biólogo da SNA) apresentou o programa Coopera Mais, criado pela equipe de transição do Governo Lula. Ele destacou que o Decreto será assinado durante a solenidade do Plano Safra e destacou que o público da aquicultura e da pesca estão contemplados pelo programa e engloba: produção; infraestrutura e logística; abastecimento, comercialização institucional e acesso a mercados; fomento, crédito e financiamento; identidade produtiva e modelos tradicionais de cooperação; e geração e difusão de conhecimento. Continuou explicando os objetivos do programa e como se dará o desenvolvimento e a execução desse programa. Explicou também como será a gestão do programa que se dará através de um Comitê Gestor e de um Comitê Consultivo. Com a palavra, o Secretária Tereza explicou que esse trabalho visa ampliar a aquicultura abrindo o diálogo com outros ministérios e está trazendo para o Conape esse trabalho para conhecimento de todos os membros. Com a palavra o conselheiro **Gilberto (MMA)** desculpou-se por não ter conseguido estar no dia de ontem pessoalmente e que acompanhou virtualmente a reunião. Manifestou os cumprimentos do Ministério do Meio Ambiente para o Conape que é o principal conselho da pesca e aquicultura do país. Agradeceu o

reconhecimento da parceria que estamos construindo tanto na pesca quanto na aquicultura. Agradeceu à secretária Adriana pelo espaço e informou que o MMA está retomando o programa Revimar que o MPA participa. Informou que se trata de um programa de pesquisa de longo prazo para construir geração de dados. Informou ainda que terá uma reunião a tarde que tratará desse tema. A conselheira **Josana (MPP)** pediu a palavra e falou da preocupação com a situação do Rio Grande do Sul e com as consequências das mudanças do clima em vários pontos do Brasil e perguntou quais os fundos o MMA tem que possa dar suporte aos pescadores e pescadoras artesanais. E manifestou que sente falta de mais tempo para a aprofundar os debates com o MMA e que o MMA precisa participar de todos os momentos da reunião. **Francisco (PeixeBR)** com a palavra informou que temos uma pauta importante e pediu o apoio do Conape e da SNA que diz respeito a mudança da portaria 145/98 que está a três anos sendo trabalhada pelo MMA através da Secretaria de Biodiversidade. Informou ainda que foram apresentadas três propostas e que o setor produtivo foi contra por inviabilizava a atividade e deixou um pedido de que o documento não fosse para consulta pública enquanto não houvesse um entendimento com a SNA e com o setor produtivo. Com a palavra o conselheiro **Gilberto (MMA)** respondeu a conselheira Josana explicando que existem fundos sendo estruturado, inclusive o fundo clima. Informou que vai levar a questão do Rio Grande do Sul para a Secretaria de Mudança do Clima. E que concorda que o Fundo Clima deve alcançar isso e que o RGP deve ser sempre o universo. E manifestou concordância que precisamos de aprofundar a pauta. Se colocou à disposição para aprofundar a discussão do albardão. Quanto a palavra do conselheiro Francisco explicou que estamos com dificuldade de criar colegiados com mais de um Ministério, isso foi sanado, então agora é possível, e que isso será retomado. Continuou se colocando à disposição de intermediar com a Secretaria de Biodiversidade a retomada dessa discussão. Finalizou dizendo que continua aberto e que vai organizar uma reunião específica sobre a Portaria 445 e parabenizou pela retomada e condução do Conselho. Com a palavra a secretária Adriana agradeceu a disponibilidade do MMA de sempre atender as demandas do Conape.

17. Criação do Fórum Nacional de Aquicultura Sustentável

17.1 Com a palavra, a coordenadora Karoline Ayres apresentou a ideia da criação do Fórum Nacional de Aquicultura Sustentável. Explicou a sua concepção, o objetivo, a composição, a abrangência e ainda como será a coordenação do Fórum. Finalizou se colocando à disposição para dialogar sobre essa construção. A Secretária Tereza usou a palavra para reforçar que a ideia é fortalecer o diálogo e avançar na discussão do Plano Nacional da Aquicultura. Com a palavra, o professor **Darlio (SBFic)** parabenizou pela iniciativa da construção e reforçou que a sustentabilidade é o caminho. Continuou se colocando à disposição para apoiar a iniciativa. Com a palavra, o membro **Márcio Roberto (CNCTC)** destacou que na maricultura tem conflitos, que no território tem conflitos com a pesca, então implantar o diálogo é importante. Ressaltou que as desavenças não interessam a ninguém e solicitou uma revisão das seções de águas da união e que os protocolos de consultas é um avanço em direção do diálogo. Com a palavra, o conselheiro **Francisco Hidalgo (CNA)** disse que entendeu agora o que a Secretária Tereza diz que a aquicultura não está em lugar nenhum e destacou a necessidade de união para fortalecer o setor e que entende que a implantação do Fórum é um passo em direção a isso. E concluir dizendo que a CNA está à disposição para colaborar e que vislumbra a aquicultura como a opção para a proteína peixe no futuro. A conselheira **Marilsa (PeixeSP)** usou a palavra para manifestar que tem interesse em participar no Fórum. Com a palavra a conselheira **Josana (MPP)** entende que é possível a convivência desde traga respeito e que não prejudique um ao outro e que vai levar ao movimento a proposta e vão analisar se vão participar e como. Para finalizar a Karoline explicou que está a disposição para essa construção e que o fórum pode se apropriar desses conflitos e ampliar as consultas prévias. A secretária Tereza se comprometeu em cumprir as consultas prévias e informou que hoje estão a disposição dois técnicos do Departamento de Águas da União para realizar essas consultas.

18. Revisão da Lei Nº 11.959 (Lei da Pesca) com recorte na aquicultura

18.1 Com a palavra, a senhora Vanessa Cabral coordenadora da SNA apresentou a ideia da revisão da Lei nº11.959, explicou que recebemos essa demanda do setor e que a ideia é informar que estão sendo formalizados dois acordos de cooperação: um com o Sebrae e um com a CNA para apoiar esse trabalho. Explicou ainda quais são os produtos fruto dessas consultorias que são: Revisão bibliográfica e análise da harmonização do ato normativo com

demais atos do ordenamento jurídico; consulta aos membros do Conape acerca de atualização e modernização da Lei 11.959/2009; e a apresentar proposta de minuta de modernização da Lei 11.959/2009. Informou que após essas entregas será feita uma nova oitiva com os representantes do setor e uma análise institucional dos impactos. E finalizou se colocando à disposição para as colaborações que possam ser necessárias e incluídas nessa construção. A secretária Tereza informou que a ideia é a participação do Conape nessa construção e discutir o que o setor quer por isso tomamos essa decisão de analisar a lei pela ótica da aquicultura considerando que a pesca já está fazendo também esse trabalho. Destacou que a Peixe/Br apresentou uma contribuição e que precisamos com urgência avançar essa demanda e por isso trouxe para apresentação ao Conape essa iniciativa. Com a palavra, o conselheiro **Juscelino (CBPA)** parabenizou pela iniciativa da SNA e que a CBPA tem interesse em aprofundar a discussão sobre a lei sob a ótica da aquicultura. E pediu para receber os questionários que não foram recebidos pela CBPA. Com a palavra, a senhora Vanessa (SNA) explicou que todos devem ser consultados e que irão mandar novamente os questionários. Com a palavra, o conselheiro **Francisco Hidalgo (CNA)** disse que é compromisso da CNA ouvir todo o setor nesse trabalho de revisão da lei. Com a palavra, a conselheira **Leticia (Oceana)** informou que respondeu o questionário e que a Oceana está trabalhando desde 2022 na análise de lei e que está à disposição para colaborar e para apresentar ao Conape o trabalho realizado. A secretária Tereza agradeceu e disse que tinha conhecimento do trabalho realizado pela Oceana e que a intenção é também avançar a discussão sobre a aquicultura e gostaria de reunir com a Oceana para conhecer a minuta.

19. Informações sobre o Lançamento do Selo Aquapônico e a Inclusão da Produção de Plantas Macrófitas

19.1 Com a palavra, o conselheiro **Cristiano Psillakis (Aba)** informou que a Associação Brasileira de Aquapônia criou o Selo Aquapônico com o objetivo de certificar as boas práticas. O selo foi lançado na Agrishow e na Aquishow e o objetivo é ter uma certificação técnica com três protocolos. A ideia é que seja uma referência técnica. Existem requisitos obrigatórios, requisitos básicos e requisitos opcionais de melhoria contínua. E finalizou informado que em breve será colocado todo o protocolo no site da Aba. Seguindo o Conselheiro Cristiano apresenta as plantas macrófitas aquáticas como inovação da aquicultura, especialmente a azolla e lemna. Destacou que são fonte de proteína e que pode ser usada como alimentação de alevinos e, em outros países, já é usada até como alimentação humana. É usada na filtração de efluentes e remoção de compostos nitrogenados da água. Pode ser usada para consumo animal (aves, suínos, ruminantes e organismos aquáticos). Também é excelente fonte para biocombustível ou biogás. Explicou que é excelente para adubação. Bem como existem já receitas para consumo humano. Finalizou agradecendo a oportunidade. A Conselheira **Maria José (CPP)** se preocupou se a proliferação dessas algas não prejudica os peixes por conta de roubar oxigênio. O senhor Cristiano respondeu que não porque essas algas são espécies nativas da América do Sul.

20. Informes Gerais

20.1 Fórum Interconselhos

A secretária Adriana informou que foram disponibilizadas para o Conape 6(seis) vagas para os membros participarem do Fórum Interconselhos. Dessas 1 seria obrigatoriamente ocupada por uma mulher, 1 ocupada por pessoa negra ou parda e 4 vagas gerais. Explicou também que o MPA custeará a participação de 3 membros, os outros três devem residir em Brasília ou sua participação ser custeada pela própria entidade. Foi realizada uma consulta prévia para os membros que tivessem interesse em representar o Conape e apresentou a planilha já com a divisão dos conselheiros por vaga. Na vaga de gênero a escolhida foi a membro **Josana Pinto (MPP)**. Pediu então aos conselheiros que escolhessem o membro que vai representar pela vaga étnico-racial considerando que 4 membros manifestaram interesse, bem como o membro que vai pela vaga geral considerando que 6 membros manifestaram interesse. Explicou que os temas tratados esse ano pelo Fórum Interconselhos serão o G20 Social e o Plano Clima Participativo. Informou ainda que a reunião acontece dias 11 e 12 de julho. A secretária Adriana explicou que os membros escolhidos vão representar o Conape e não os interesses de sua entidade. O Conselheiro **Francisco (PeixeBr)** se habilitou a ir custando pela entendida e todos acataram. A segunda vaga custeada pela entidade ficou para o **Eliseu (FAEP)**. O conselheiro **Ajax (Confapesca)** foi escolhido para a vaga étnico-racial e o senhor **Edivando (CNPA)** foi escolhido para representar a vaga geral e o conselheiro **Juscelino (CBPA)** se habilitou a ir custeado pela própria organização. O conselheiro Dario sugeriu que tirássemos suplentes. Foi definido também que os conselheiros **Flávio (Confrem)** e o conselheiro **Clóvis (Confespa)** e o

Conselheiro **Dárlio (SBfic)** ficariam como suplentes das vagas custeadas pelo MPA. Essas indicações serão válidas para 2024 em 2025 será tirada novas representações.

20.2 Atualização sobre os Comitês criados no âmbito do Conape e apresentação da versão final do Regimento Interno.

A secretária Adriana apresentou os três Comitês criados na última reunião extraordinária e explicou que encaminhou a todos os membros solicitação de manifestação quando ao interesse de participar dos comitês em questão. Apresentou a tabela com as indicações das organizações/membros que manifestaram os interesses. Acrescentou que o Comitê de Conformidade da Pesca Artesanal já tem o número mínimo de membros para sua instalação, mas que os outros dois comitês (tilapicultura e carcinicultura) ainda não alcançaram o número mínimo de interessados. Ficou então deliberado que seria enviado um novo e-mail com um novo prazo para as manifestações de interesse de participação dos Comitês criados. Apresentado a versão Final do Regimento Interno e informado que será publicado na semana subsequente.

21. Outros informes

-Informadas as datas de 17 e 18 de setembro para a realização da 41ª Reunião Ordinária.

-Informada a realização de uma Reunião Extraordinária para analisar as contribuições do Plano Clima e do G20.

- As pautas solicitadas que não foram tratadas nesta reunião poderão ser incluídas na próxima reunião ordinária.

22. Encerramento

A reunião foi encerrada pela Secretaria informado que em setembro de 2024 será realizada a 41ª Reunião Ordinária do Conape.

Recomendações dos Membros

- Que as apresentações do Ministério sejam feitas em um dia e que tenha mais tempo para discutir as demandas do setor. (Felipe Webber- Abla e Francisco Medeiros – Peixe-BR)
- Comunicar aos membros se a entidade pode indicar outros membros que da entidade que não o titular e o suplente para participar dos Comitês (Elizeu- FAEP/BR)
- Encaminhar um formulário para os conselheiros escolherem as pautas prioritárias apresentadas por todos. (Adriana/Seconape)
- Apresentar a situação do Comitê do Prep's. (Leticia/Oceana)
- Fazer os encaminhamentos na hora das discursões. (Felipe Webber/Abla)
- Considerando a gestão compartilhada, solicitar a presença constante do MMA (Felipe Webber/Abla)
- Fazer o compartilhamento das pautas dos CPG's, principalmente as transversais (Leticia/Oceana e Bailon/Aoceano)
- Solicitar uma vaga do Conape em todos os CPG's e apresentação de um histórico de tudo que foi discutido nos CPG's (Flávio/Confrem)
- Discutir a Portaria 445, para rever a real avaliação das espécies (Flávio/Confrem)
- Incluir oficialmente as macrofitas como atividade aquícola (Cristiano Psilakis/Aba).